


Dossiê: Relações étnico-raciais: práticas e reflexões pedagógicas em contextos, espaços e tempos

**Uma possibilidade decolonial para pensar a constituição
do *ethos* caboclo no Oeste de Santa Catarina**


**A decolonial possibility to think about the constitution
of the *caboclo* ethos in the Western Santa Catarina**

**Una posibilidad decolonial para pensar en la constitución
del *ethos* caboclo en el Oeste de Santa Catarina**

Anderson Luiz Tedesco*

 <http://orcid.org/0000-0002-7425-1748>

Cláudia Battestin**

 <http://orcid.org/0000-0001-7871-9275>

Resumo: Nesta reflexão, nossa hipótese considera que os caboclos são remanescentes de uma matriz africana de pensamento no Oeste de Santa Catarina, Brasil. Trata-se de uma problemática da história e da filosofia que evidencia a constituição de um *ethos* caboclo decolonial do Contestado. Diante disso, assumimos, nos procedimentos metodológicos, um delineamento bibliográfico, cuja abordagem é interpretativa e qualitativa. Se considerarmos o *ethos*, para os gregos (matriz dos colonizadores), como a própria ontologia, não nos é possível excluir ou violentar os traços do *ethos* das primeiras comunidades do Oeste catarinense, pois eles, os povos originários e os caboclos, também se caracterizam pelo espírito comunitário, pela igualdade e pela solidariedade. Em nosso resultado, constatamos que: a) o *ethos decolonial* caracterizou a essência nas comunidades do Oeste catarinense; e b) o *ethos* correspondeu à constituição dos hábitos das comunidades originárias, tornando impossível sua sobrevivência e resistência temporal. Por fim,

* Pós-Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Professor da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Professor do Colégio La Salle de Xanxerê. Membro do Grupo de Pesquisa SULEAR: Educação Intercultural e Pedagogias Decoloniais na América Latina - (Unochapecó). E-mail: <anderson.tedesco@unochapeco.edu.br>.

** Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Vice-líder do Grupo de Pesquisa SULEAR: Educação Intercultural e Pedagogias Decoloniais na América Latina - (Unochapecó). E-mail: <battestin@unochapeco.edu.br>.

o *ethos* caboclo foi constituído com os povos que viveram e resistiram no Oeste de Santa Catarina, a partir do cultivo da ancestralidade e das práticas do bem viver em sua territorialidade.

Palavras-chave: Colonização. Caboclo. Ethos. Contestado. Oeste catarinense.

Abstract: In this reflection, our hypothesis considers that the *caboclos* are remnants of an African matrix of thought in the West region of the state of Santa Catarina, Brazil. It is about a history and philosophy problem that shows the constitution of a decolonial *caboclo ethos* of the *Contestado*. Therefore, we assume, in the methodological procedures, a bibliographic design, with an interpretative and qualitative approach. If we consider the *ethos*, for the Greeks (colonizers' matrix), as the ontology itself, it is not possible for us to exclude or violate the traces of the *ethos* of the first communities in Western Santa Catarina, as they, the native peoples and the *caboclos*, are also characterized by the community spirit, equality and solidarity. In our result, we found that: a) the decolonial *ethos* characterized the essence in the communities of Western Santa Catarina; and b) the *ethos* corresponded to the constitution of the habits of the original communities, making their survival and temporal resistance impossible. Finally, the *caboclo ethos* was formed with the peoples who lived and resisted in the Western Santa Catarina, from the cultivation of ancestry and the practices of good living in their territoriality.

Keywords: Colonization. *Caboclo*. *Ethos*. *Contestado*. Western Santa Catarina.

Resumen: En esta reflexión, nuestra hipótesis considera que los caboclos son remanentes de una matriz de pensamiento africana en el Oeste de Santa Catarina, Brasil. Se trata de una problemática de la historia y de la filosofía que evidencia la constitución de un *ethos* caboclo decolonial del *Contestado*. Delante de esto, asumimos en los procedimientos metodológicos, un delineado bibliográfico, cuyo enfoque es interpretativo y cualitativo. Si consideramos el *ethos* para los griegos (matriz de los colonizadores), como la ontología misma, no nos es posible excluir o violentar los trazos del *ethos* de las primeras comunidades de Oeste catarinense, pues ellos, los pueblos originarios y los caboclos, también se caracterizan por el espíritu comunitario, pela igualdad y la solidaridad. En nuestro resultado, constatamos que: a) el *ethos* decolonial caracterizó la esencia en las comunidades del Oeste de Santa Catarina, y b) el *ethos* decolonial correspondió a la constitución de los hábitos de las comunidades originarias, tornando imposible su supervivencia y resistencia temporal. Por fin, el *ethos* caboclo fue constituído con pueblos que vivieron y resistieron en el Oeste de Santa Catarina, a partir del cultivo de la ancestralidad y de las prácticas de buen vivir en su territorialidad.

Palabras clave: Colonización. Caboclo. Ethos. Contestado. Oeste Catarinense.

Introdução

O ponto de partida desta reflexão tem sua origem na compreensão de um *ethos decolonial* constituído no território do Oeste catarinense. Trata-se de um pensar sobre o *Contestado*, um pensamento não colonizado, por meio do qual se propõe dar condições de existência para aquelas identidades culturais pré-capitalistas da Região Oeste de Santa Catarina, mais precisamente os Kaingang, Xokleng, os Tupis-guaranis e os Caboclos. Os povos originários foram violentados, massacrados e excluídos em sua historicidade, tratados como “ninguém” em territórios marcados pelo sangue e pela disputa pelos projetos de colonização. A ocupação das terras na região Sul marcou o que chamamos, nesta escrita, de um “*ethos* da colonização”.

Essas “ilhas de ocupação”, atormentadas e extasiadas com doenças epidêmicas, expulsões e perseguições, tiveram de conjugar esforços que, necessariamente, passavam pela solidariedade e pelos acordos horizontais. Essa solidariedade constituiu-se como uma blindagem contra a insegurança e a instabilidade e, em última instância, como uma condição necessária para a sobrevivência do próprio tecido social, cujos acordos acompanhavam trocas injustas de espaços e de lugares para a sobrevivência. Presos ao mundo natural e linear, e avessos ao moderno, seus personagens encontraram um campo privilegiado para práticas coletivas, solidárias e coesas.

Comunidades organizadas na pequena propriedade de subsistência, utilização da mão de obra familiar, acentuando o espírito comunitário com ampliação e aprofundamento de valores como igualdade e solidariedade, eram prerrogativas para a existência. Assim, acentuou-se a compreensão de que eram comunidades formadas a partir dos valores da igualdade, da solidariedade e da religião cristã na formação do *ethos do colonizador*. É importante observarmos, portanto, que:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas na conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduzem à elaboração da perspectiva eurocêntrica [branca] do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. (QUIJANO, 2014a, p. 118).

Infelizmente, a América sofreu com essas relações de superioridade e inferioridade introduzidas pelos colonizadores, que também não ocorreu de forma diferente com a formação do *ethos* no Oeste catarinense. Basta observarmos que foi construída, também, a partir do sangue derramado na Guerra do Contestado (1912-1916), um dos maiores conflitos do Brasil, que evidenciou a implementação de políticas nacionais da colonização no Estado de Santa Catarina. Em decorrência disso, colocou-se em prática a “tese do branqueamento”, que resultou na expulsão étnico-racial dos indígenas e dos caboclos de seus territórios, logo depois da vinda dos imigrantes italianos, alemães e poloneses às terras do Rio Grande do Sul, e, posteriormente, ao Estado de Santa Catarina. Por isso, nossa hipótese considera que os caboclos são remanescentes de um pensamento filosófico africano, indígena e fronteiriço no Oeste de Santa Catarina. Trata-se de uma problemática decolonial que coloca em evidência a perspectiva de um pensamento do Contestado, da qual desloca sua origem dos processos de colonização para pensar a cosmovisão a partir dos colonizados, que vem sofrendo, historicamente, um estado de exclusão e preconceito.

Cabe destacarmos que toda ideia de raça veio, segundo Quijano (2000), como uma ferramenta fundamental para o projeto colonial, uma vez que raça e identidade sempre foram diferenças fortemente marcadas e subjugadas na dominação e na exploração, projeto que perpassa por séculos e se mantém vigente na gênese do projeto colonial. Esse projeto segue sendo aceito com reproduções de estereótipos, com superioridade monocultural, que naturalizou a exploração dos corpos, da natureza, dos sentidos e da razão. Os caboclos e os indígenas, por exemplo, foram os que mais sofreram no Oeste catarinense com a chegada do projeto estabelecido entre acordos do estado e empresas colonizadoras. Com a chegada do colonizador no Oeste catarinense, no século XX, os caboclos, além de serem expulsos dos seus territórios, perderam o essencial, a territorialidade, a cosmologia e a relação profícua com a terra. A colonialidade impregnou e ainda dizima vidas, histórias e memórias; assim sendo, compreender a base epistêmica e a racionalidade que projetaram essas invasões e o domínio de território e territorialidades é uma necessidade de caráter ético. É nesse âmago que aproximamos, inicialmente, o pensamento decolonial como movimento epistêmico, perpassando pelas narrativas históricas e filosóficas sobre o *ethos* da colonização; em seguida, abarcamos o *ethos* caboclo do Oeste catarinense; e, por fim, o bem viver na cultura dos caboclos: um diálogo decolonial.

Narrativas históricas e filosóficas sobre o *ethos* da colonização

Se as narrativas de um *ethos* colonial partem de uma constituição do pensamento filosófico hegemônico ocidental, é possível considerarmos que esse tipo de reflexão se expressa como uma

trabalho. Todas as orientações eram acompanhadas com orações. José Maria morreu no primeiro combate junto a vários sertanejos na Guerra do Contestado.

A atuação messiânica dos monges junto aos caboclos na Guerra do Contestado tem representado, além da união do grupo, a valorização da manifestação de fé e o acolhimento da diversidade cultural e religiosa. Nesse sentido:

O *ethos* do caboclo sustenta-se e se legitima nas práticas religiosas, cultuando o Monge João Maria, as festas, principalmente as festas da bandeira do Divino, os bailes realizados nas casas de chão batido, muitas vezes após a realização do puxirão. As práticas religiosas, o convívio harmonioso com a natureza, as festas e a religiosidade, associado à solidariedade e ao compadrio, fortaleciam os laços e os vínculos de amizade. (FERRARI, 2015, p. 30).

A cultura cabocla é marcada pelos bons relacionamentos, o cultivo de ações de mútua ajuda e valorização de crenças religiosas, sempre visando o bem comum, o coletivo. Segundo Ferrari (2015), o contexto que se processa no Oeste catarinense a partir de sua colonização está ligado às relações socioeconômicas que se desenvolveram juntamente à política empregada pelas colonizadoras. A colonização das áreas de terra, por meio da venda aos colonos, institucionalizou a expulsão dos posseiros, que passaram a ser chamados de “intrusos”. É possível percebermos que os habitantes da região são caracterizados, a eles é dada uma identidade, não se enquadram nos padrões estabelecidos dentro de uma cultura capitalista.

O conflito do Contestado é o nosso registro de partida para refletir a organização social do grande Oeste. Antes dessa definição territorial, essa região estava carente de investimentos públicos. No entanto, conforme Ferrari (2015), a identidade que se estabeleceu na região Oeste catarinense foi se mesclando, passando pelo indígena, pelo caboclo e pelo colono de ascendência europeia. Temos, aqui, o relato dos povos que habitavam nossa região. Antes mesmo de o poder político constituído se fazer presente, essa região era habitada por povos que construíram sua história, marcaram seu território, tendo como referência a publicação de Marquetti e Silva (2011). As Companhias colonizadoras e Igreja, juntas, idealizaram um ordenamento do local, buscando, em seus propósitos, acabar com “o atraso e a ignorância” em que, supostamente, viviam os “escassos” habitantes da região.

Podemos perceber que temos fatores determinantes que vão definir essa trajetória. Há uma discriminação marcada contra os caboclos e os indígenas que aqui residiam, os primeiros habitantes desta terra, no sentido econômico, social e religioso. As religiosidades desses povos foram desconsideradas, bem como todo o bem cultural por eles produzido. Na região, a chegada dos colonizadores trouxe consigo a implantação do Catolicismo oficial, praticado por boa parte dos colonizadores, com seus dogmas e ritos institucionais, nos quais a tendência foi de renegar práticas e santos da religiosidade praticada pelas populações locais. Esta, embora permeada de vários elementos católicos, dava grande margem à presença do maravilhoso, do fantástico e do milagre, identificava práticas presentes em outras matrizes religiosas, africanas e indígenas. Foram comuns as derrubadas de capelinhas de santos da piedade cabocla, como São Jorge e São Sebastião, substituídos por santos mais cultuados entre os descendentes de italianos, como Santo Antônio, por exemplo (MARQUETTI; SILVA, 2011).

Segundo Jaeger (2010, p. 63), a constituição do *ethos* são as raízes mais profundas do que é o ser humano; ele considera que o *ethos* é “[...] um anseio espiritual, uma imagem do humano capaz de se tornar uma obrigação e um dever”, é o início daquilo que passamos a chamar pelo nome de cultura, porque o *ethos* caracteriza-se na constituição mais íntima do ser humano, ou seja, da própria

ontologia. Assim, constatamos que todo o grupo étnico-racial se constitui a partir de seu universo cultural-ontológico. Nessas relações, existem os processos de apropriação e de subordinação, são as narrativas de uma única verdade, dos vencedores ou dos colonizadores europeus. Cabe lembrarmos que, se o *ethos* para os gregos trazia esse sentido cultural – ontológico –, também não foi diferente em outras épocas históricas. É essa aproximação conceitual-temporal que intuímos séculos mais tarde, cujos processos de colonização da América Latina resultaram na constituição de um *ethos* caboclo no território catarinense, expresso em uma identidade comunitária, cujas raízes eram de igualdade e de solidariedade. Essas expressões, para Vaz (2004, p. 11), são identitárias e causaram “[...] transformações da *physis* (natureza) através da *práxis* (ação humana)”.

Tais transformações da natureza foram identificadas no território e na própria vida do caboclo:

O povo-caboclo luso-brasileiro, na maioria – vivia em solidão, longe dos recursos que a modernidade proporcionava às pessoas dos centros maiores. Suas principais atividades econômicas resumiam-se em extração de erva-mate, tropeirismo, lavouras de subsistência, criação de gado bovino e de suínos e produção de derivados de pecuária. (THOMÉ, 2007, p. 75).

O caboclo, reconhecido em seu *ethos* pela casa simples, na beira das estradas de chão, na beira dos rios, mantinha suas atividades na colheita da erva-mate com relações comerciais de trocas, cujas consequências eram classificadas como cultura da subsistência, sem lucro. Em Oliveira (2006, p. 2), evidenciamos, nessa cultura da subsistência, o “[...] cultivo do feijão, do amendoim, do arroz, sobretudo da mandioca e o milho tinha lugar de destaque na horticultura cabocla”, transformando a natureza para garantir a sobrevivência das comunidades. Além disso, o mais significativo desse processo todo de cultivo, seguindo a argumentação da historiadora, é a existência das “[...] bodegas onde trocavam, nesses pequenos estabelecimentos comerciais, de produtos agrícolas como o fumo, o milho, o feijão, a erva-mate, etc. por sal, bebidas, querosene, pólvora, instrumentos de trabalho etc.” (OLIVEIRA, 2006, p. 2).

É por isso que dizemos o caboclo pela sua cultura, pois, através da significância que eles atribuem a ela, é possível que a representação de sua etnia seja dita por si mesma. Ainda, são caboclos porque se reconhecem como tal e fazem desse reconhecimento a sua condição de existir social e culturalmente no ambiente em que vivem. (SOUZA; BERNARDI; SANTOS, 2020, p. 102).

A formação dessas primeiras comunidades nativas e caboclas eram organizadas de modo a relacionar-se bem, eram traduzidas por relações de bem viver com a natureza, utilizando-a para a própria sobrevivência sem interesse comercial, construindo impressões de felicidade pela simplicidade de vida que tinham, nos possibilitando, desse modo, pensar em mais uma característica do *ethos*: “O homem habita sobre a terra acolhendo-se ao recesso seguro do *ethos*. Este sentido de um lugar de estada permanente e habitual, de um abrigo protetor, constitui a raiz semântica que dá origem à significação do *ethos* como costume, esquema praxeológico durável, estilo de vida e ação” (VAZ, 2004, p. 13).

Esse *ethos* também se traduz no paradigma do bem viver as reflexões que priorizam o viver com dignidade, ou seja, com “[...] saúde, alimentação, água limpa, oxigênio puro, moradia adequada, saneamento ambiental, educação, trabalho, descanso e ócio, cultura física, vestuário, aposentadoria” (PORTO *et al.*, 2012, p. 8). Em decorrência disso, o *ethos* é considerado também como uma casa simbólica, com interpretações que poderiam ser inferidas, uma delas é de que essa morada do ser humano se constrói de forma segura, dando-lhe abrigo e proteção como formas de sobrevivência. Diante desse modo de vida e de pensar, Radin e Corraza (2018, p. 71) afirmam que

“[...] os povos caboclos do ‘sertão catarinense’ viviam isolados no interior das fazendas e das matas e se dedicavam à extração da erva-mate, ao tropeirismo e à roça cabocla”. Também, nessas comunidades nativas, caboclas, que habitavam o Oeste de Santa Catarina, era possível observar a transformação da *physis* (natureza). Segundo Vaz (2004, p. 13), “[...] o *ethos* não é dado ao ser humano, mas por ele construído ou incessantemente reconstruído”. Tais territórios que viveram esses processos de colonização constituíram um *ethos* étnico – racial de subordinações opressivas, cujas marcas históricas não são de reconhecimento e aceitação do outro, mas, sim, de apropriação e de dominação, que resultaram no esquecimento e na destruição do *ethos* caboclo.

Por isso, o sentido metafórico do *ethos* pensado como morada, casa, das comunidades originárias, se traduz, em Oliveira (2006, p. 3), pela “[...] mata virgem era o lócus espacial de comunidades produtoras formadas de nativos e caboclos” que contribuem na construção e na proteção do simbólico, ou seja, do mundo da cultura. Essa morada é o próprio *ethos* que nunca está pronto e acabado propriamente, que está sempre em construção ou reconstrução. Podemos observar que é a partir dessa constituição do *ethos* (como casa) que o *logos* passa a compreendê-lo e a traduzi-lo como manifestações culturais distintas que colaboram na gênese ética.

O *ethos* é a morada do animal e passa a ser a “casa” (*oikos*) do ser humano, não já a casa material que lhe proporciona fisicamente abrigo e proteção, mas a casa simbólica que o acolhe espiritualmente e da qual irradia a própria casa material uma significação propriamente humana, entretecida por relações afetivas, éticas e mesmo estéticas, que ultrapassam suas finalidades puramente utilitárias e a integram plenamente no plano da cultura. (VAZ, 2002, p. 40).

O estudo da ética é a própria investigação das narrativas filosóficas sobre o *ethos*, que se apresenta como “[...] um fenômeno histórico-cultural dotado de evidência imediata e impondo-se à experiência do indivíduo para que alcance a primeira idade da razão” (VAZ, 2002, p. 37). Em continuidade a essa estrutura de ciência do *ethos*, a ética passa a refletir sobre uma gama conceitual no âmbito filosófico como a “vida no bem” (*eu zen*), o “agir segundo o bem” (*eu prattein*), a “vida melhor” ou “mais feliz” (*eudaimonia*); além disso, na “excelência” ou na “virtude” (*aretê*) de nosso agir e de nosso ser, de todas essas categorias, considera que “[...] o ‘bem’ deve ser realizado (*agathon=deon*), embora não pela coação, mas pela persuasão”. (VAZ, 2002, p. 38). Assim, abre-se a possibilidade para pensar o *ethos* do bem viver, que supera a lógica do colonizador. O próprio nome caboclo teve sua origem no período colonial:

A definição etimológica da palavra “caboclo” tem sua raiz histórica localizada no período colonial brasileiro, quando o termo era utilizado para identificar o indígena ou o produto da miscigenação do colonizador português com o nativo indígena. Ao longo da história, a palavra recebeu diferentes grafias – “caouocolo”, “cabocolo” e “cabocoro”. Foi apenas a partir de 1781 que passou a ser grafada da forma como hoje é conhecida. De acordo com o Dicionário Houaiss, o vocábulo tem origem indígena e designa “indivíduo nascido de índia e branco (ou vice-versa), fisicamente caracterizado por ter pele morena ou acobreada e cabelos negros e lisos” e/ou “indivíduo (especialmente habitante do sertão) com ascendência de índio e branco e com físico e os modos desconfiados, retraídos” (Houaiss, 2001). A palavra também tem um sentido religioso, uma vez que, nas religiões ou seitas afro-brasileiras, é a designação genérica dos espíritos de ancestrais indígenas brasileiros. (SILVA, 2014, p. 239).

Torna-se legítimo o nosso questionamento: Quem é o caboclo do Oeste de Santa Catarina? Em nossa investigação, selecionamos o “Dicionário Histórico-Social do Oeste Catarinense”, organizado por José Carlos Radin e Gentil Corazza, em busca de uma resposta:

Caboclo é um termo largamente utilizado na sociedade brasileira. Pode ser uma categoria classificatória, de conotação pejorativa, atribuída pelo senso comum para referir-se a pessoas que vivem no campo e que são resultantes da mistura, ora entre o índio e o negro, ora entre o índio e o branco. Pode ser também uma categoria classificatória para pequenos produtores rurais na Amazônia ou no nordeste do Brasil, ou serve para representar o índio em algumas religiões, especialmente naquelas denominações de matriz afro-brasileira. (RADIN; CORAZZA, 2018, p. 27).

Nessa perspectiva do bem viver entre as comunidades nativas, identificamos algumas práticas solidárias na constituição do *ethos* intimamente ligado ao social e ao individual. Para Vaz (2002, p. 38), o *ethos* é uma “realidade sócio-histórica”, mas só existe, concretamente, na *práxis* dos indivíduos; “[...] é essa *práxis* que deixa seus traços nos documentos e testemunhos que possibilita o acesso à fisionomia própria de um determinado *ethos* histórico”.

Esse exercício reflexivo sobre as acepções do vocábulo *ethos* nos traduz duas situações: a) um *ethos* que caracterizou cicatrizes da opressão das comunidades do Oeste catarinense; e b) um *ethos* que correspondeu à constituição dos hábitos, dos costumes e das tradições das comunidades, para assegurar a própria sobrevivência. Cabe destacarmos que o *ethos* caboclo, no Oeste catarinense, jamais morreu nas mãos das primeiras comunidades, as quais mantiveram, dentro das adversidades, o espírito da solidariedade, da simplicidade, da comunidade, unida no sentido da coletividade. Contudo, com as adversidades do tempo e a chegada dos colonizadores, rupturas culturais passaram a surgir em âmbito cultural, porque, como diz Vaz (2002, p. 40), “[...] trata-se de um legado – o mais precioso – que as gerações se transmitem (*tradere, traditio*) ao longo do tempo e mostra, por outro lado, não menos extraordinária capacidade de assimilação de novos valores e de adaptação a novas situações”.

Pensar no processo vivido no Contestado evidencia que a modernidade criou um abismo entre o presente e o passado. Em toda região do Oeste de Santa Catarina, idiomas foram sendo extintos, fidelidades negligenciadas, medicina natural completamente solapada e experiências camponesas ridicularizadas. Os velhos cansaram e perderam o poder e foram aos poucos sendo substituídos por gerações da obsolescência, da contingência, da habitação do mundo e do outro. O mundo técnico-científico rompeu com o homem natural e sua sabedoria. Sabedoria que nasceu por meio de um exercício de bricolagem, da interação e da necessidade. Processos técnico-biológicos implantam um meio artificial de produtividade, rapidez e fluidez. Não há qualquer solda entre povos indígenas, o camponês caboclo antigo e o moderno que se desenha. Para Galeano (2012):

Entrar no mundo: o mundo é o mercado. O mercado mundial, onde se compram países. Nada de novo. A América Latina nasceu para obedecê-lo, quando o mercado mundial ainda não se chamava assim, e aos trancos e barrancos continuamos atados ao dever de obediência. Essa triste rotina dos séculos começou com o ouro e a prata, e seguiu com o açúcar, o tabaco, o guano, o salitre, o cobre, o estanho, a borracha, o cacau, a banana, o café, o petróleo... O que nos legaram esses esplendores? Nem herança nem bonança. Jardins transformados em desertos, campos abandonados, montanhas esburacadas, águas estagnadas, longas caravanas de infelizes condenados à morte precoce e palácios vazios onde deambulam os fantasmas. (GALEANO, 2012, p. 6).

Essa lógica capitalista constituída no *ethos* da colonização causou danos ao *ethos* nativo, indígena e caboclo. Foram subordinados às novas lógicas de mercado, ceifados em suas relações de respeito à mãe terra. Seus ancestrais foram escravizados, mortos e torturados em nome de um Deus e do dinheiro. Entretanto, ainda assim, esse *ethos* caboclo (nativo) resistiu, sobreviveu e luta pelo direito e pela dignidade de existir.

O *ethos* caboclo do Oeste catarinense

O *ethos* caboclo faz parte da diversidade brasileira, porém a maioria da população desconhece ou ignora as manifestações pluriculturais que habitam e revelam as histórias do povo brasileiro. No Sul do Brasil, por exemplo, prevalece, em muitos imaginários, a ideia de uma região com uma hegemonia monocultural da população. Tudo isso é resultado de um projeto colonizador que, segundo Quijano (2014b), foi responsável pelo ocultamento histórico e seletivo dos conhecimentos, dos saberes, das oralidades e das cosmologias presentes nas comunidades originárias, deixando marcas profundas que perduram e caracterizam a “[...] expressão máxima do domínio cultural, histórico e global do eurocentrismo” (QUIJANO, 2014b, p. 783). Por esse motivo, Quijano (2014b) defende a ideia de que a colonização foi um projeto que determinou quais identidades e culturas poderiam permanecer ou não, legitimando o monoculturalismo criado pelo colonizador como único modelo universal de cultura, história e sociedade.

Nessa perspectiva, Battestin, Bonatti e Quinto (2019) observam que, com a chegada dos colonizadores ou “invasores”, não ocorreram intercâmbios de saberes e culturas, muito menos de mercadorias; o que ocorreu de fato foram alianças, específicas do projeto colonialista e expansionista, contribuindo com a predominância hegemônica e monocultural. Por esse viés, para manter o direito à vida, a sobrevivência e a permanência das crenças, das culturas e dos costumes, remetemos aos povos que descendem dos povos africanos e indígenas, os caboclos.

A cultura cabocla é um dos exemplos de resistência. No Brasil, temos muitas representações ou definições sobre quem é o caboclo. Vários autores debruçaram-se nos estudos sobre os diferentes caboclos que resistem no Brasil. No Norte do Brasil por exemplo, a pesquisa de Susana Rolim Soares Silva (2011), intitulada *Aqui o nativo é o caboclo...: O processo de construção da identidade cabocla em Mirandas/RN*, observa que o caboclo é lembrado como um homem do campo, que vive da agricultura e principalmente do cuidado, do cultivo, da colheita e da produção de derivados do Cajú, fruto importante para essa região como meio de subsistência. Quando o caboclo dessa região vai para a cidade, é para comercializar seu produto nas feiras, aproveitando para visitar a capela de São Sebastião, santo protetor dos caboclos.

No Sudoeste do Paraná, região próxima ao Oeste de Santa Catarina, o caboclo resulta da miscigenação dos negros, dos indígenas e dos brancos, são lembrados como lavradores e com a imagem depreciada de serem “atrasados” ou sem estudo. Essas duas regiões sofreram grandes embates com o projeto de colonização, lembrados pela antropóloga Arlene Renk (2006) como um período de “limpeza de terra” em que os caboclos eram chamados pelos colonizadores como “negros brutos”, posteriormente como “brasileiros”, nome utilizado até os dias de hoje pela população do Oeste de Santa Catarina. A antropóloga também define o caboclo como sendo um grupo étnico resultante da miscigenação dos negros, dos indígenas e dos povos colonizadores que provinham da Europa, sendo rotulados, pelas empresas colonizadoras, como um povo que gerava atraso para o Brasil. Essa narrativa infelizmente teve maior repercussão, acentuando o preconceito e a discriminação. De acordo com Poli (2006):

O caboclo sempre teve sua vida à margem da sociedade, servindo de mão-de-obra a fazendeiros, ervateiros e madeireiros. Embora representassem a maioria da população, os caboclos sempre foram despossuídos. Raramente conseguiam obter a propriedade de uma pequena área de terra, para se manterem com suas pequenas roças caboclas. (POLI, 2006, p. 174).

Todo esse movimento da colonização representou, para os caboclos, um enorme declínio. Além da marginalização e da expulsão de suas terras, passaram pelo não reconhecimento desse

grupo social diante da Igreja Católica, da Escola e de outros movimentos que foram criados e instituídos pelo projeto das colonizadoras (RENK, 1996).

Os caboclos foram excluídos de suas terras para dar lugar aos colonos. Trata-se, portanto, de população mais empobrecida e excluída socialmente e ator social protagonista de uma das maiores guerras camponesas da história, a Guerra do Contestado ou fugitivos da Revolução Federalista do Rio Grande do Sul. (DORIGON; RENK, 2018, p. 141).

A colonização representou, para os caboclos, o rompimento dos tempos, quase o rompimento do *ethos*, pois a ocupação das terras férteis pelos colonos levou o povo à escassez e ao deslocamento forçado para terras íngremes em barrancas de rios. Os caboclos não confiavam nos papéis, diziam que a terra era de Deus, ou do Brasil, não compreendendo a lógica da comercialização do bem comum (RENK, 2000). Muitos desses estereótipos foram responsáveis na ocultação e na negação da cultura e do *ethos* caboclo; afinal, quem iria querer ser caboclo em comunidades conservadoras? Em lugares em que eles eram proibidos de ser?

Nesse sentido ontológico, muitas publicações, pesquisas e muitos projetos foram realizados para desmistificar essa construção distorcida, em busca de valorizar e preservar o *ethos* como cultura imaterial da humanidade. O modo de ser e de viver caboclo apresenta uma profunda relação e cuidado, com a simplicidade, a natureza, a música e a arte. A relação com a terra, as sementes, os alimentos e o cuidado com os animais mostram um *ethos* predominantemente sustentável.

Os caboclos, de modo geral, sempre se consideravam mais ligados à natureza em oposição aos de origem, vistos como predadores. Na Associação Puxirão Cabocla, a agricultura, as sementes crioulas e os recursos fitoterápicos estão em sua pauta. O Movimento das Mulheres Camponesas, constituído por mulheres caboclas e de origem, tem uma agenda comum: a recuperação das sementes crioulas. O movimento de agricultura agroecológica, que se constrói em oposição à agricultura convencional, faz esforços para o plantio com sementes crioulas. Trata-se de um movimento de resistência, sabendo que será de menor produtividade em relação a outras sementes híbridas e transgênicas. São formas de marcar posição no mundo social. (RADIN; CORAZZA, 2018, p. 153).

Os caboclos que vivem no Oeste de Santa Catarina, por exemplo, apresentam uma identidade que ultrapassa especificidades sociológicas, históricas e culturais, pois abarca um *ethos* extremamente relacionado com a natureza, as crenças, a espiritualidade e cuidado com a vida. Nesse sentido:

A identidade cabocla do Oeste catarinense define-se pela oposição sistemática com o *ethos* do colono, pois a separação social entre caboclo e colono foi sua marca constitutiva. O caboclo, normalmente, via-se rejeitado pelas novas comunidades de colonos que aportavam à região para ocupar suas terras. No conflito que se estabeleceu entre colonos, caboclos e índios, estes dois últimos foram marginalizados e destituídos de suas terras, cultura e métodos de trabalho. (RADIN; CORAZZA, 2018, p. 29).

Sensibilizar e dar visibilidade à história da cultura cabocla é um dos compromissos educativos, históricos e éticos que temos diante da escrita, da preservação e do respeito do *ethos* caboclo. A coletividade, a solidariedade, a religiosidade popular e a sustentabilidade são alicerces que resistem no seio da cultura e no bem viver caboclo. Se existe, é porque resiste. É nisso que consiste o tempo do Contestado, pois era na coletividade que a população buscava o sentido para a vida local. Um cotidiano compartilhado e complementar, embora conflitivo e hierárquico, constituiu a garantia de sobrevivência. Mutirões comunitários para edificar obras públicas e ajudar famílias desestabilizadas envolviam a todos: “trata-se acima de tudo de um ato de solidariedade”, afirma Antonio Candido (2003, p. 89).

Reconhecemos e compreendemos os diferentes modos e as formas de ser caboclo, uma vez que o Brasil é grande o suficiente para termos quantas e tantas definições quisermos, dadas as proporções e as especificidades culturais presentes em cada região. Nesta busca, corroboramos os estudos do historiador Werlang (2002) quando afirma que os primeiros habitantes dos caminhos do Contestado eram indígenas, que dependiam da caça de pequenos animais para sobreviverem e da coleta de pinhão dos campos de araucárias. Eram indígenas que viviam livremente e de forma circular pela região do Contestado entre outras no Sul do Brasil. Com o passar do tempo, outras populações começaram a chegar nessa região, oriundos de vários lugares e países vizinhos, fugindo das guerras, da fome, libertos da escravidão ou fugindo dela, indígenas remanescentes das missões jesuíticas do Estado do Rio Grande do Sul. É desse movimento que surge o caboclo do Contestado. Com a chegada das empresas colonizadoras, das empresas madeireiras, dos posseiros, a vida dos povos originários e dos caboclos, passaram a ser ameaçadas. Conforme pesquisa realizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan (2014), a ocupação dos caboclos na região Oeste do Estado de Santa Catarina data da segunda metade do século XVII e final do século XIX. O caboclo foi vítima de uma marginalização social pelo fato de não corresponder ao projeto modernizador e de progresso brasileiro a partir da segunda década do século XX. Além disso, os colonos europeus que chegavam, principalmente da Itália e da Alemanha, passavam a comprar lotes comercializados pelas empresas colonizadoras, fazendo com que a agricultura de subsistência dos caboclos fosse sendo fragmentada e expropriada.

Com a progressiva colonização da região, os caboclos tornam-se os primeiros deserdados da terra. A ocupação progressiva e o escasseamento das terras virgens, as cercas e o poder instituído, os caboclos viram a destruição de suas tradicionais condições de vida. Muitos migraram para o Paraná, mas logo seriam alcançados pelos colonos e suas cercas. (WERLANG, 2002, p. 76).

É evidente que as gerações mais jovens desconhecem ou pouco se interessam por essa história, cortaram do presente o passado, e grande parte deles considera inútil o que os mais velhos sempre tiveram como certezas. Nesse sentido, a preocupação demasiada dos filhos dos colonizadores com o curso de sua própria vida os despojou daquilo que sempre foi elementar para a sabedoria dos mais velhos, precisamente dos caboclos da região Oeste de Santa Catarina: o conhecimento da natureza e de seus enigmas. Consequentemente, o meticuloso trabalho de décadas em constituir uma unidade de sentimentos e de fidelidades foi desarraigado. A individualidade e a corrida tecnológica solaparam os preceitos morais e éticos que, de certa forma, guiaram as populações hoje envelhecidas. Estas, atualmente, se encontram na encruzilhada da vida, com sua temporalidade estilhaçada e as referências sem suporte, um *ethos* caboclo estilhaçado.

O projeto de modernidade opera com fissuras e rupturas e está em contínua desordem. Tudo é apreendido sob o aspecto do “movimento”. “A modernidade é a impossibilidade de permanecer fixo [...], despedaça a rocha a qual repousa a segurança da vida diária”, afirma Bauman (1998, p. 19). Ela exige adequação ao proposto. Há a necessidade contínua de dominar o estranho e perseguir o novo. As certezas dissipam-se a cada momento, e a insegurança é a tônica diária que persegue seus protagonistas.

Para Balandier (1997), o movimento desfaz a ordem e produz incessantemente o desconhecido e o novo. O homem preocupa-se em demasia com o curso da vida e abdica da tolerância e da solidariedade. Para o homem moderno, as ações coletivas deixaram de existir e o coletivo foi transferido para o individualismo. É como afirma Bauman (2003, p. 9). “[...] a modernidade não retarda o contentamento, mas impossibilita alcançá-lo. Todos são nômades e depois de cada curva surgem novas curvas e ninguém consegue se fixar. [...] A pegada de ontem

deve ser negada e apagada”. Por isso, a contribuição do pensamento decolonial mantém viva essa pegada deixada pelos caboclos no território do Oeste de Santa Catarina.

O bem viver na cultura dos povos caboclos: uma possibilidade decolonial de reconhecimento do Outro

Diante de tantas atrocidades cometidas pelo projeto de colonização com os povos caboclos, ainda se mantém indícios de permanência de um diálogo decolonial, de uma fissura que permite expressar, de diferentes formas, distintas cosmovisões. Modos de vida, presentes nessas representações de permanência, podem ser evidenciadas em muitos movimentos que resistem no território catarinense. Em uma busca em portais da Internet, localizamos a atividade de muitas entidades relacionadas ao caboclo no território catarinense. Por exemplo: O Centro de Umbanda Caboclo Ventania, no município de Criciúma; a Associação Beneficente Centro Espírita Caboclo Sete Pedreiras, no município de Joinville; a Associação dos Caboclos de Leblon Régis e a Associação Cabocla, no município de Seara; a Associação Puxirão dos Caboclos(as), no município de Chapecó; o programa de rádio Canta Caboclo, no município de Friburgo; e a Exposição Chão Batido: representação da história dos caboclos do Oeste de Santa Catarina, no município de Pinhalzinho. Essas associações e esses movimentos mostram o quanto a espiritualidade, os cantos, as rezas, as histórias, o trabalho coletivo, o cuidado com as plantas e os animais estão latentes em diferentes cosmovisões.

Nesta reflexão, construímos algumas condições reflexivas que não assumem um sentido conclusivo, mas, sim, o ponto de partida para considerarmos que a relação entre os povos Caboclos e a decolonialidade se caracteriza como uma simbiose, cujo dinamismo é o estranhamento para as concepções dos colonizadores. Importante observarmos que os acontecimentos históricos envolvendo os povos caboclos na região do Oeste de Santa Catarina foram marcados por intensos conflitos com posseiros e empresas colonizadoras. Por muito tempo, a história foi contada sobre a perspectiva do colonizador, ocultando/silenciando a presença da cultura cabocla e indígena que já vivia nessa região e ainda vive e luta para garantir o direito de seus territórios. Em consequência, o entendimento do não-indígena sobre a presença das comunidades originárias no Oeste de Santa Catarina ainda é carregado de mazelas, estereótipos, preconceitos e exclusão.

Situados os antecedentes históricos que compõem o contexto social e cultural do Sul do Brasil, podemos constatar que o domínio exercido pela vontade da exploração, do descobridor, do conquistador, do colonizador foi e segue sendo um impasse na vida dos povos caboclos. É desse movimento que historicamente as populações caboclas passaram por deslocamentos e fugas, uma vez que o extermínio fora legitimado e difundido pela racionalidade moderna do sujeito colonizador. Constituídas essas interfaces da história da colonização da América Latina, é possível compreendermos, por meio de uma análise crítica em perspectiva decolonial, as diferentes influências e consequências que se desenvolveram até os dias atuais.

A população cabocla foi relegada e classificada como sendo menos civilizada e inferior, vítima da colonialidade cultural, projetada, inicialmente, com expulsões, violência, escravidão, e projetos educativos de caráter religiosos, de modo a difundir a lógica cristã como bem universal de todos os povos “civilizados”. Uma lógica depurativa e consciente de sua superioridade ontológica, reafirmando a necessidade de conceber espírito e alma como dissoluções da experiência humana na realidade social e cultural.

A condição entre colonizador e colonizado persiste, reafirma e mantém a permanência das massas minoritárias que buscam uma decolonialidade de sua condição social, cultural e, principalmente, histórica. A necessidade de efetivar uma educação decolonial, tanto no âmbito acadêmico, social como comunitário, busca reconhecer os direitos de mobilidade social e cultural das minorias, tornando-se uma condição de responsabilidade de todos.

É nesse percurso da colonialidade e do reconhecimento de práticas identitárias subalternas, na perspectiva da decolonialidade, que se justifica o desconhecimento de grande parte da população sobre a presença de caboclos e de comunidades indígenas no Oeste de Santa Catarina – um Oeste conhecido pela agroindústria e produção agrícola. Essas realidades regionais, de certo modo, têm ocultado a recepção de outras questões que são importantes aos debates teóricos em torno de um “giro decolonial” epistemológico acerca dessas temáticas desde as comunidades indígenas (BALESTRIN, 2013).

O estranho para nós, com sua estranheza ou não, é de fato o Outro. Quem é esse Outro, neste caso, os caboclos? Os reflexos da fragilidade nas relações humanas resultaram em condições precárias que dificultam o reconhecimento do Outro. Existe uma inegável insistência em valorizar mecanismos de homogeneização dos indivíduos. Todos precisam ser iguais, e, caso fujam a essa proposição moral, serão os diferentes, e os diferentes não podem existir em uma sociedade de iguais. Essa construção dos laços humanos gera frieza e distanciamento, pois, ao “[...] atender demandas universais, negligenciam as particularidades dos contextos e sacrificam a alteridade” (HERMANN, 2010, p. 132).

São indicativos de que, com urgência, precisa-se “[c]ivilizar nossas teorias, ou seja, desenvolver nova geração de teorias abertas, racionais, críticas, reflexivas, autocríticas, aptas a se auto-reformar” (MORIN, 2002, p. 32). Os países latino-americanos têm sofrido com

[...] a aceleração da destruição da agricultura camponesa e uma ampliação das monoculturas ligadas ao agronegócio de exportação. Como resultado verifica-se uma enorme concentração das terras na mão de poucos proprietários e a destruição das florestas nativas. As consequências ecológicas desse processo são bem conhecidas: a destruição das florestas destrói a biodiversidade, os mananciais, os rios e as comunidades camponesas. (SIMONETTI, 2013, p. 2-3).

Uma vida de relações líquidas, em que a ordem do dia é viver o absoluto individualismo, são laços humanos despedaçados, um sentimento generalizado de desconfiança de que o Outro (*não europeu, não civilizado*) irá prejudicar. O resultado disso é a descrença de tudo aquilo que é coletivo ou público. Por isso, a decolonialidade pode abrir possibilidades para superar muitas das problemáticas do contemporâneo, sobretudo em relação ao cuidado do Planeta Terra e as relações com as demais etnias. Isso desafia os processos educativos a afirmar o valor da vida e do respeitar profundamente os modos distintos de ser, de pensar, de fazer e de viver. Assim sendo, precisamos pensar em uma decolonialidade capaz de romper com as amarras criadas pelos processos colonizadores extremamente intransigentes, sem diálogos e acordos, que resultaram em perseguição e destruição do *ethos caboclo*.

Com a consciência histórica sociocultural de olhares e de compreensões sulistas – ou seja, das vivências de mulheres na América Latina, especificamente no Brasil –, enfatiza-se Akotirene (2019), quando ela salienta as “culturas afogadas no atlântico” e os assassinatos de mulheres negras, africanas e indígenas, desde os primórdios da invasão das terras chamadas de Brasil. Assim, compreendemos que a branquitude necessita que as posições históricas socioculturais das pessoas brasileiras sejam entendidas em perspectiva com os

acontecimentos históricos socioculturais e políticos, que levaram a população negra a frequentar a escola muito tardiamente. (SOUZA; CASTRO; SANTIAGO, 2022, p. 13).

Em perspectiva decolonial, a consciência histórica sociocultural é o ato de atravessar ou romper as fronteiras do *ethos da colonização*. Assim, é urgente a constituição de espaços de diálogos e reflexões nas salas de aulas, a respeito da educação decolonial que questiona as linguagens verticalizadas e egocêntricas dos colonizadores. Tais espaços educativos precisam abrir-se para as preocupações éticas, o reconhecimento e o respeito com o Outro, precisamente desse quase extinto caboclo.

Considerações finais

Esta reflexão é decorrente de uma perspectiva decolonial que considera os caboclos como filhos e filhas de um processo histórico e social de escravidão e exclusão social do Oeste de Santa Catarina. Nesse território, foram violentados, mas não perderam a esperança e constituíram ações de solidariedade, fraternidade e de ajuda mútua na disseminação dos saberes em prol da transformação da natureza (*physis*) para assegurar a sobrevivência das comunidades. Trata-se de um modo de ser, o qual conjecturamos como o Contestado, que se constituiu a partir do próprio *ethos* dos nativos daquela época. No entanto, como o *ethos* é constituído no espaço e no tempo e, por conseguinte, passa por transformações, com a chegada dos migrantes, a cultura nativa sofreu um forte impacto, caracterizando-se como de ordem ontológica, pois causou uma ruptura na cultura de subsistência, a fim de implantar uma cultura mercantilista, ou seja, de transformação da natureza em lucro e não mais de apropriação dela, como a mãe natureza (*Gaia*) que protege e cuida fornecendo os alimentos para a sobrevivência da comunidade.

É nesse processo educativo, interdisciplinar, dinâmico e ativo que o indivíduo se coloca como agente transformador da realidade. À medida que a reflexão ganha lastro e profundidade, ela pode motivar a ação, impulsionando a mudança de hábitos e o comprometimento com um pensamento ético, por meio do cuidado com nosso planeta, nossa *Casa Comum* e do paradigma do Bem Viver. Esses saberes não devem ser vistos em separado, assim era o *ethos* caboclo, que se constituía como partes interdependentes de um processo pedagógico intencional, que culmina no entendimento crítico das necessidades humanas, para que não prejudicassem as futuras gerações. Trata-se de cultivar um olhar responsável com o futuro, com o nosso planeta e com a nossa humanidade, procurando maneiras de garantir a dignidade e os direitos fundamentais de todos, principalmente desses saberes que foram sufocados na tradição colonizadora.

Isso desafia os processos educativos a afirmar o valor da vida e do respeitar profundamente os modos distintos de ser, de pensar, de fazer e de viver. Pensar o *ethos* caboclo, como princípio educativo é pensar possibilidades de caminhar rumo à transformação de consciências ou de mentalidades. De acordo com Bauman (2009, p. 21), “[...] a finalidade da educação nesses casos é contestar o impacto das experiências do dia-a-dia, enfrentá-las e por fim desafiar as pressões que surgem do ambiente social”.

Por assim dizer, a chegada dos migrantes de origem europeia, que já haviam vivenciado a ascensão capitalista na Europa, provocou no *ethos* “oestino” mudanças profundas e complexas. Dado o isolamento da região, uma trama de relações entrelaça-se e sustenta-se no espaço ocupado. A solidariedade foi condição necessária para a sobrevivência desses migrantes. Os novos protagonistas, invariavelmente, empreenderam uma peregrinação para a formação de comunidades abnegadas, humildes e altruístas. E, para atingir tal intuito, tiveram de modelar a vida social, o amor, o trabalho e o lazer pelo coletivo. Houve poucos pontos de oposição, conflito e contradição no

interior da colonização. Por sua vez, a partir da década de 1970, as políticas públicas no espaço agrário e o avanço dos meios de comunicação e de transportes desagregaram, de múltiplas maneiras, algumas explicitamente brutais, o padrão cultural e social deveras homogêneo.

A funcionalidade do modelo de desenvolvimento que o capital desenhou para a região demoliu as bases de uma sociedade, até então, bastante virtuosa e horizontal. A ascensão do poder econômico alterou o *ethos* da região, e uma nova correlação de forças estabeleceu-se. Mais excludente? Mais verticalizada? Mais danosa à mãe terra? Mais solidária? Essas alterações são agora denunciadas pelo viver do Contestado que coloca como protagonistas os caboclos, cujas manifestações do curso da própria vida os despojou daquilo que sempre foi elementar para os velhos: o conhecimento da natureza e de seus enigmas. Consequentemente, o meticuloso trabalho de décadas em constituir uma unidade de sentimentos e de fidelidades foi desarraigado. A individualidade e a corrida tecnológica solaparam os preceitos morais e éticos que, de certa forma, guiaram as populações hoje envelhecidas. Estas, atualmente, se encontram na encruzilhada da vida, com sua temporalidade estilhaçada e as referências sem suporte, dada a hegemonia de um *ethos* da colonização.

Em um mundo do neoliberalismo, o exercício da reflexão é perigoso. A quem estamos chamando para o diálogo, quem é esse outro? Trata-se do caboclo, cuja historicidade foi-lhes negada, talvez reconhecida tardiamente. Por isso, sobre desafios impostos na formação de um *ethos* contemporâneo, edificado em ideologias de mercado, resta-nos pensar com Assmann (1998, p. 26): “[...] a educação terá um papel determinante na criação da sensibilidade social necessária para reorientar a humanidade no enfrentamento das injustiças históricas e sociais”. Acreditamos que sim, que é na educação que ocorrem as aberturas para constituir diálogos de respeito e de reconhecimento, acerca do *ethos caboclo e dos demais tipos de ethos étnico-raciais* que possibilitam perspectivar caminhos éticos na construção de sociedades emancipatórias.

Referências

- ASSMANN, H. **Metáforas novas para reencantar a educação**: epistemologia e didática. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BALANDIER, G. **A desordem**: elogio do movimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 1, p. 89-117, maio/ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>
- BATTESTIN, C.; BONATTI, J.; QUINTO, J. R. A colonização e resistência dos povos originários da América Latina. **Revista Fórum Identidades**, São Cristóvão, v. 30, n. 1, p. 13-27, jul./dez. 2019.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução Mauro de Gama e Cláudia M. Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BAUMAN, Z. B. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- CANDIDO, A. **Parceiros do Rio Bonito**. 10. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA. (org.) **A viagem de 1929:** Oeste de Santa Catarina, documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005.

DORIGON, C.; RENK, A. Os sítios simbólicos de pertencimento dos colonos e dos caboclos do oeste de Santa Catarina. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 27, n. 45, p. 140-158, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v27i45.4463>

FERRARI, L. F. **Intrusão e desintrusão nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015.

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

HERMANN, N. **Autocriação e horizonte comum:** ensaios sobre educação ético-estética. Ijuí: Editora da Unijuí, 2010.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Registrando os Saberes - Cultura Popular dos Caboclos do Oeste de Santa Catarina. **Iphan**, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1017>. Acesso em: 1 nov. 2021.

JARGER, W. **Paidéia:** a formação do homem grego. Tradução Artur M. Parreira. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. (Clássicos WMF).

MARQUETTI, D.; SILVA, J. B. L. da. Religiosidade e religião no Oeste de Santa Catarina: a crença no monge João Maria e a Instituição do Catolicismo MNEME. **Revista de Humanidades**, v. 11, n. 29, p. 555-571, jan./jul. 2011.

MORIN, E. Os desafios da complexidade. *In*: MORIN, E. (org.). **A religião dos saberes:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 559-567.

OLIVEIRA, Noeli Woloszyn Brum de. **Os trabalhadores do Rio:** balsas e balseiros do Alto Uruguai: 1930-1960. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

POLI, J. **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Argos, 2006.

PORTO, D. *et al.* **Bioética poderes e injustiças:** 10 anos depois. Brasília: CFM/Cátedra Unesco de Bioética, 2012.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder: Eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **La Colonialidad del saber:** Eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 1-152.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y Claficiación Social. *In*: CLÍMACO, D. A. (org.). **Cuestiones y Horizontes:** de la dependência historico - estrutural a lacolonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014a. p. 285 -330.

QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes:** de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014b.

RADIN, J. C.; CORAZZA, G. **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense**. Chapecó: Editora da Universidade Federal Fronteira Sul, 2018.

RENK, A. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2006.

RENK, A. **Migrações**: de ontem e de hoje. Chapecó: Grifos, 1996.

RENK, A. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000.

SILVA, M. A. B. da. Caboclos. **Revista História Unisinos**, São Leopoldo, v. 18, n. 2, p. 338-351, maio/ago. 2014. DOI: <https://doi.org/10.4013/htu.2014.182.10>

SILVA, S. R. S. **Aqui o nativo é o caboclo...**: O processo de construção da identidade cabocla em Mirandas/RN. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

SIMONETTI, M. C. L. O pós-colonial e os movimentos sociais da América Latina. **EGAL**, 2013. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Teoriaymetodo/Geografiahistoricaehistoriadelageografia/05.pdf>. Acesso e: 2 jan. 2021.

SOUZA, A. L. B. R. de; CASTRO, R. M. de; SANTIAGO, F. O legado da branquitude: reflexões a partir de relatos orais de professoras brancas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, p. 1-17, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.17.18825.007>

SOUZA, M. de; BERNARDI, L. dos S.; SANTOS, J. A. Sobre “ser caboclo”: as vozes de caboclos do Oeste catarinense. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 77, p. 88-107, dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i77p88-107>

THOMÉ, N. A nacionalização no contestado, centro-oeste de Santa Catarina, na primeira metade do século XX. **Linhas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 74-98, jan./jun. 2007.

VAZ, H. de L. **Escritos de Filosofia IV**: introdução à ética filosófica I. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

VAZ, H. de L. **Ética e Cultura**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

WERLANG, A. **A Colonização do Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2002.

Recebido em 11/08/2021

Versão corrigida recebida em 20/08/2021

Aceito em 21/08/2021

Publicado online em 10/01/2022